



*
MUNICÍPIO DE
PAREDES
ROTA DOS MÓVEIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL N.º 6/14

2014/10/17



*
MUNICÍPIO DE
PAREDES
ROTA DOS MÓVEIS

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL nº 6/14

QUADRIÊNIO 2013/2017

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES,
REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2014

--- Aos dezassete dias de Outubro de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSE AUGUSTO GRANJA RODRIGUES FONSECA, Presidente da mesma Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores membros da Assembleia Municipal, José Joaquim Leitão da Mota e Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes, respetivamente 1º e 2º secretários da mesa, a fim de, nos termos da convocatória, se tratar da seguinte ordem de trabalhos: "PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA E ORDEM DO DIA", este previamente enviado, nos termos da Lei, a todos os Senhores membros da Assembleia Municipal. -----

---Procedeu-se à verificação das presenças, tendo-se registado as ausências dos deputados Senhores: Maria da Conceição A.S. Bessa Ruão Pinto, Laura Fernanda Pinto da Silva, Carlos Manuel ferreira da Silva e Rui José Fernandes da Silva. -----

--- **PRESENCAS POR SUBSTITUIÇÃO: Ao abrigo do artigo septuagésimo oitavo Lei n.º cento e nove barra noventa e nove, de onze de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro: em substituição de Carlos Manuel Ferreira da Silva - Carla Cândida Pinheiro Carneiro; Em substituição de Laura Fernanda Pinto da Silva - António Joaquim Garcez neto da Silva; Em substituição de Mário Camilo Dias Alves da Mota - Catarina da Silveira Nunes Barbosa. -----**

--- **PRESENCAS POR SUBSTITUIÇÃO: Ao abrigo da alínea c) do número um do artigo décimo oitavo da Lei n.º setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro - Não houve. -----**



--- Verificada a existência de quórum, pelo Senhor Presidente da Mesa foram declarados abertos os trabalhos, sendo vinte horas e quarenta e seis minutos tendo-se de imediato entrado na **Ordem de Trabalhos**. -----

1 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2015 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta supra mencionada que previamente foi enviada a todos os Senhores membros da Assembleia Municipal para discussão e votação.

--- Solicitaram o uso da palavra os Senhores: Luciano Gomes, Cidália Cristiana, Baptista Pereira, Cristiano Ribeiro, José Borges, Joaquim Leal, Cláudia Mota, Agostinho Pinto, João Reis, Paulo Silva e José Manuel Outeiro. -----

--- **Luciano Manuel Calheiros Gomes (PSD)** - A sua intervenção faz parte integrante da presente ata. -----

--- **Cidália Cristiana de Jesus Meireles Silva (CDS-PP)** - Referiu que este orçamento continua a manter do lado da receita proveitos que decerto não serão concretizados e que no ano de dois mil e quinze aquele valor será de dezoito milhões e meio de euros o que leva a que o orçamento seja elevado para um valor de sessenta e um milhões e meio quando na realidade, o valor, e já com alguma folga para qualquer necessidade, o máximo deveria ser de quarenta e cinco milhões de euros. Lembrou que, no anterior orçamento, foram contemplados trinta e seis milhões de euros de receitas provenientes da venda de bens de investimento que até à presente data, conforme relatório do auditor, no primeiro semestre apenas foram obtidos cerca de dois mil oitocentos e noventa euros. Criticou a falta de rigor e equilíbrio pela forma como estas receitas foram calculadas, verificando-se um aumento de preços, e nesta altura de crise, com os rendimentos a baixarem de forma contínua, mais de vinte por cento na taxa de resíduos sólidos é exagerado assim como o aumento da taxa do IMI para o escalão máximo vem denotar uma grande insensibilidade pois muito desse património taxado está a ser pago pelas famílias em muitos casos com grande dificuldade e diminuição da sua qualidade de vida! Referindo-se aos cortes na parte social, associativa e cultural, criarão muitas dificuldades a quem precisa de ser ajudado e beneficiar da ajuda das instituições quem em nada lucram com a sua atividade e procuram muitas vezes substituírem-se a outras entidades com obrigação de darem apoio a quem mais dele necessita. Finalizou a sua intervenção afirmando que os cortes deveriam ser na crise e não com quem sofre com ela. -----

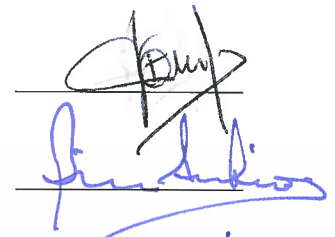


--- **José Armando Coutinho Baptista Pereira (PS)** -----

--- Começou por dizer que o Partido Socialista possui um parecer em que o orçamento nunca poderia ser discutido e votado numa sessão extraordinária e embora os seus membros não deixassem de participar na mesma, o fariam sob protesto. Seguidamente deu início à sua intervenção de fundo, a qual faz parte integrante da presente ata. -----

--- **Cristiano Manuel Soares Ribeiro (CDU)** - A sua intervenção faz parte integrante da presente ata. -----

--- **José Augusto da Silva Borges (PSD)** - Considerou que este orçamento é um, orçamento responsável igualmente elaborado por pessoas responsáveis que vem demonstrando ao longo dos últimos vinte anos e concretamente nos últimos nove anos, saberem o que querem para o nosso concelho porque também sabem o que o Concelho precisa como de forma exemplar o tem feito como exemplo de sucesso e modelo a seguir pelas mais altas instâncias políticas e não políticas, dentro e fora do nosso país o que para si, enquanto paredense, era um orgulho devendo sê-lo também para todos os que se orgulham de pertencer ao Concelho de Paredes. Referiu que o orçamento é um compromisso de consolidação orçamental e nada mais, nada menos do que aquilo que é necessário fazer de forma a preparar o Município para enfrentar com sucesso os desafios futuros, garantindo nesse futuro uma onda de investimentos idêntica à que se verificou nos últimos nove anos onde em infraestruturas e equipamentos, foram investidos no Concelho de Paredes, cerca de duzentos e trinta e cinco milhões de euros dos quais, oitenta e dois por cento se encontram pagos restando pagar cerca de dezoito por cento considerando tais factos serem resultado de uma gestão responsável, séria e bem sucedida. Criticou a oposição de se pronunciar de alguns pequenos ajustes que no presente orçamento serão consagrados sobretudo no ajuste do IMI desafiando para uma explicação sobre como aumentando a taxa do IMI, prevê a Câmara Municipal no próximo ano menos seiscentos mil euros em termos de receitas para o orçamento ora em causa pois mais importante foi o zonamento fiscal no qual o Município teve uma participação ativa. Quanto ao aumento da TRSU, lembrou que a mesma não é revista há cerca de sete anos questionando-se se não compensa devido à necessidade de se atenuar as despesas no setor, continuar a ver-se aprovados em cada reunião de Câmara sete a oito mil euros de apoios a famílias carenciadas, nomeadamente muitas centenas de taxas de resíduos



sólidos? -----

--- **Joaquim da Silva Leal (PS)** - A sua intervenção faz parte integrante da presente ata. ---

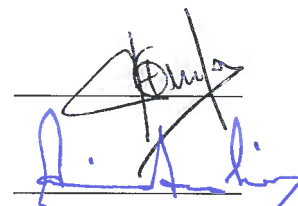
--- **Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota (PS)** - Começou por dizer que os documentos previsionais não são favoráveis para uma população cada vez mais necessitada e que um em cada quatro portugueses está em risco de pobreza e quem recebe o ordenado mínimo nacional, recebe menos doze euros do que em mil novecentos e setenta e quatro, descontando a inflação. Considerou que o associativismo é a melhor estratégia para a melhoria das condições locais de vida de uma população e, neste campo, lamentando que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tenha retirado às cinco corporações de bombeiros quarenta e sete mil e quinhentos euros, o que representa uma diminuição de quarenta por cento do valor da dotação pelo que não só a bancada do PS como todos os presentes, exigiam explicações pois os bombeiros bem como a Proteção Civil são um bem essencial para as populações que vivem deste apoio que o Senhor Presidente vai colocar em causa. Em tom irónico, afirmou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal terá feito um acordo com S. Pedro e, em Paredes, não choverá nem haverá calamidades ou inundações, ao contrário do que aconteceu em dois mil e treze não estando preocupado com o que poderá acontecer em dois mil e quinze no caso de incêndios ao contrário do que acontece nos Concelhos vizinhos. Comparou os valores recebidos pelas corporações de bombeiros de Gondomar que ascenderão a cerca de sessenta mil euros, e Lousada que tem uma só corporação que recebe cinquenta mil euros, enquanto, em Paredes, existirão setenta mil euros para dividir por cinco corporações, facto que considerou como um absurdo, aproveitando o que aconteceu em Lordelo, Duas Igrejas e Vilela em janeiro último, questionando-se mesmo se ficará a população descansada e se tem a Proteção Civil, condições com tal verba? Lembrou a presença dos Senhores membros da direção e do Conselho fiscal dos Bombeiros Voluntários de Paredes, lançando-lhes o repto de se manifestarem sobre se estavam satisfeitos com as verbas disponibilizadas no orçamento! Relativamente às associações, foi também muito crítica em relação aos valores disponibilizados acusando o Senhor Presidente da Câmara Municipal de que fechará as portas a muitas destas associações. Lembrou que as associações são as instituições que mais perto estão dos cidadãos e, por tal facto, em melhor posição privilegiada para resolver os problemas mais prementes da população pelo que, numa altura em que se



prevê um aumento brutal da pobreza é com enorme tristeza que o Partido Socialista se depara com um corte de sessenta e quatro por cento, ou seja, duzentos e trinta e quatro mil e quinhentos euros o que considerou catastrófico. Adiantou que o seu partido não é favorável à “*subsidiodependência*” mas sim a um critério justo de distribuição de subsídios onde os que têm portas abertas em benefício da população, sejam compensados pelo serviço prestado à comunidade vindo a ser também posto em causa o projeto cultural “Paredes PT com Teatro” que envolvia a população do Concelho, com um corte de cinquenta e três por cento! Lembrou afirmações do Senhor Presidente da Câmara Municipal que se congratula com um notório esforço de contenção na rúbrica de bens e serviços que irá ter um decréscimo de dezassete vírgula dois por cento, e se assim é, disse, a retirada de setenta a quarenta por cento, é injusto, incompreensível e a exterminação. Observou ainda que o Partido Socialista concorda com a uma contenção bem controlada e não de forma desajustada a decepar tudo e todos e, referindo-se à intervenção do Senhor Luciano Gomes, afirmou que o plano de contenção a que se referira na sua intervenção deixa então entender que Proteção Civil e associativismo deixa de ser útil para o Concelho. -----

--- **Agostinho de Oliveira Pinto (CDU)** - Chamou a atenção para o facto das obras do alargamento do cemitério assim como as da capela mortuária ainda não estarem concluídas. Lembrou ainda o Plano de Urbanização do Arraial classificando como exígua a rúbrica inscrita no orçamento para a realização desta obra. Aproveitou para lembrar também a nova rua do apeadeiro a nova rua do apeadeiro bem como a rotunda que muita falta faz à freguesia. Chamou a atenção para a burocracia existente relativamente a alguns processos que já podiam estar concluídos pela Câmara Municipal e referiu que o voto a favor da CDU é um voto que valida a importância do documento ora em discussão para a gestão do Concelho e para um desenvolvimento equilibrado para as vinte e quatro freguesias mas que, embora com algumas interrogações, a CDU queria sobretudo transformar o seu voto a favor num voto de esperança. -----

--- **João Paulo Alves dos Reis (PS)** - Lembrou o facto de a sua bancada por diversas vezes ter vindo a reclamar o reforço das verbas para as Juntas de Freguesia uma vez que, estando estas mais perto das populações, são as que melhor podem identificar e executar as obras necessárias à melhoria da vida das pessoas, levando desta forma ao



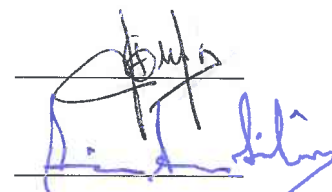
desenvolvimento de todo o Concelho fazendo apenas o essencial, tal qual afirmou o Senhor Luciano Gomes. Adiantou que o Concelho é o somatório de todas as freguesias devendo haver regras claras para a distribuição das verbas pelas mesmas pois atribuir à totalidade das freguesias o somatório de quatrocentos e noventa e um mil setecentos e setenta e nove euros, e incluir estes valores no âmbito da manutenção das escolas, é muito mau e não reconhecer qualquer competência às Juntas de Freguesia eleitas pelo povo do Concelho. Recordou as muitas dificuldades por que passam as Juntas de Freguesia e imensa dificuldade com que se debatem para pagar os salários dos seus colaboradores e que as Juntas de Freguesia e os seus presidentes estão completamente impedidos de cumprir os mandatos para o qual foram eleitos pois mendigam verbas. Recordou que no protocolo de cedência de competências celebrado com a Câmara Municipal, é referido que o valor transferido neste âmbito se destina à manutenção de escolas tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal em Sessões anteriores da Assembleia Municipal confirmado essa premissa, acrescentando ainda que se uma Junta de Freguesia utilizasse as verbas noutras obras, e precisando de algum valor para a manutenção destas, teria de prestar contas pelos gastos. Neste orçamento aparece referido que o valor de quatrocentos e noventa e um mil setecentos e setenta e nove euros é igual ao do ano transato e inclui o valor para a manutenção das escolas pelo que fica a dúvida sobre que valor é transferido ao abrigo do protocolo bem como fora desse âmbito pelo que, o valor a transferir parece ser o mesmo dos protocolos, ficando as Juntas de Freguesias sem verbas para atuar junto das populações. Referiu-se à delegação de competências nas freguesias, decisão que achou correta mas que fossem dados os meios às mesmas para a execução dessas competências pois dizer que é para a manutenção das escolas, a seu ver, não passava de uma falácia! Adiantou estar certo de que todos os Senhores Presidentes de Junta que contribuíram para o enriquecimento do documento alertando para o facto de que muitas Juntas de Freguesia dependerem da Câmara Municipal e a contenção de gastos a que se fala, levaria a que as Juntas de Freguesia prestariam um melhor serviço às populações e assim ajudariam o Concelho a desenvolver-se. -----

--- **Paulo Jorge Moreira da Silva (PS)** - Referindo-se às declarações do Senhor Luciano Gomes referiu que o papel do partido que governa a autarquia é o de governar e apresentar propostas e não o de comentar as posições do PS na Assembleia Municipal,



dos seus Vereadores no executivo ou mesmo na página do facebook do PSD, o comentário às iniciativas do PSD porque outros não as fazem. Adiantou que o PS é a barricada que vem permitindo que os orçamentos se aproximem da realidade com uma oposição responsável que tem denunciado ano após ano, a ilusão e o irrealismo e graças a estas posições há a perceção que os paredenses já perceberam de que lado está o PS, ou seja, do lado da realidade. Comentou que o seu partido não vem inventar o que quer que seja e que foi feita uma análise aos documentos previsionais e uma comparação com dois mil e catorze e reconheceu ser óbvio o facto dos Senhores Presidentes de Junta terem de dar explicações às populações quando estas receberem a conta do IMI e virem a diferença de um ano para o outro. Referiu perceber o Senhor Presidente da Câmara Municipal quando, numa entrevista, afirmou que a população de Paredes não deve pagar tanto como a de Aguiar de Sousa porém, a sua opinião é contrária porque era sinal que possuía as mesmas infraestruturas que a freguesia de Paredes tendo sido para tal que o povo elegeu este executivo, para não criarem estas desigualdades no Concelho mais sim um Concelho mais harmonioso e acusou ainda o executivo de afirmar que não era justo pagar mas que deveria sê-lo se fossem feitas as tais obras de milhões que a população não viu. Lembrou que o seu partido gostaria de votar favoravelmente os documentos previsionais mas que não o poderá fazer e deu como exemplo a redução que irá sofrer o apoio social ao mesmo tempo que contestou os números sobre o desemprego no Concelho por não refletirem a realidade do Concelho observando ainda muitos foram aqueles que emigraram o que vem contribuir para a diminuição do desemprego no Concelho, de que fala o Executivo Municipal lembrando que o número de desempregados no Concelho é muito maior do que em Paços de Ferreira que o de Lousada, sendo apenas menor que o de Valongo sendo que, Ermesinde tem quase tanta população como o Concelho de Paredes! Observou que a sua bancada não poderia ainda votar um orçamento que faz desaparecer um investimento nas freguesias que estava previsto no ano transato entre outros valores como os do cemitério de Beire, e a Capela de Duas Igrejas. -----

--- **José Manuel Barbosa Outeiro (PSD)** - Começou por dizer que era com satisfação que por várias vezes ouvira por parte de elementos da bancada do Partido Socialista a expressão "é com agrado" e isto porque, no seu entender, o Partido Socialista começou a compreender que os documentos previsionais são essencialmente um documento político,

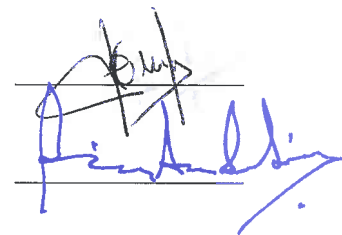


de intenções e projeções políticas e não um documento técnico mas estando a três anos das eleições autárquicas, talvez ainda seja possível ver o Partido Socialista votar favoravelmente um orçamento. Salientou o facto do Partido Socialista reivindicar cortes e reduções e, por outro lado, exigir mais apoio social, mais verbas para as Juntas de Freguesia, para os bombeiros, para o teatro o que acontece quando está no governo e depois são os social democratas que têm que corrigir e apertar situações. Quanto ao documento ora em discussão observou que o mesmo apresenta grandes grupos de despesa, nomeadamente ao nível da Educação, do Urbanismo, Habitação, Cultura e Desporto, Iluminação Pública e Vias o que implica verbas bastante significativas. Lembrou que para a educação está prevista uma verba de quatro milhões de euros que, relativamente ao ano anterior era de oito milhões de euros redução esta que se explica com o facto do Executivo Municipal ter passado um outro patamar com a Carta Escolar praticamente concluída sendo a realidade da despesa na educação transportada para outras realidades. Observou que, ao nível das despesas correntes, existem valores muito próximos dos do ano anterior como sejam: em refeições escolares, um milhão e cem mil; em transportes escolares, um milhão novecentos e setenta e seis mil; em iluminação pública, um milhão novecentos e sessenta e nove mil e em despesas com pessoal, catorze milhões de euros sendo estes os números sobre os quais gostaria de ver o Partido Socialista debruçar-se e fazendo uma avaliação sobre onde se cortava para se investir onde. Lembrou que o PSD tem uma proximidade e uma relação muito grande com as Juntas de Freguesia bem como com as Associações e se tal não acontecesse não teria na Assembleia Municipal o número de eleitos locais e de Presidentes de Junta de Freguesia pelo que, se a população não reconhecesse o empenho da Câmara Municipal e dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, certamente não teria dado a confiança que deu aos mesmos pois reconheceu-lhes não só empenho mas também capacidade de execução, trabalho, competência e confiança no futuro. Criticou o Partido Socialista pelo facto de querer demonstrar que irá salvar as Juntas de Freguesia, o Concelho e até mesmo o país e que, querendo conquistar os paredenses, devem apresentar mais trabalho, mais propostas e soluções e não chegar às Assembleias Municipais com discursos de retórica que não convencem. Reiterou o facto de o PSD apresentar no orçamento um conjunto de projetos e valores, não deixando de reconhecer um corte de valores na despesa mas,



acima de tudo, um assumir de uma responsabilidade para com um Conselho que não pode parar, que tem que continuar a crescer, e para os autarcas que deram a cara pelo PSD e que este bem como a Câmara Municipal não deixarão ficar mal. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara Municipal** - Começou por elogiar a “brilhante” intervenção do Senhor José Manuel Outeiro tendo trazido a clareza e a clarividência que faltaram às intervenções da oposição de uma forma generalizada. Criticou a oposição pelo facto de ter afirmado que não foi ouvida para a elaboração do orçamento, revelando, ao mesmo tempo, que desta nunca chegaram quaisquer propostas para tal. Disse perceber-se pela intervenção de alguns socialistas que a posição do PS é uma posição de guerra ao contrário do que veio dizer na sua intervenção o Senhor Joaquim Leal até porque o Senhor Paulo Silva não escondeu estar na barricada e na barricada só permanece quem está em guerra aproveitando para acusar o PS de vir declarar um estado de guerra e que tudo o que mexe é mau e tudo o que está parado é péssimo. Considerou chocante o facto do Senhor Paulo Silva ter dito que o desemprego baixou apenas duzentas e quarenta pessoas como se não soubesse e tem essa obrigação que, só em Vila Cova de Carros vivem seiscentas e sessenta pessoas considerando que, para aquele Senhor Membro da Assembleia Municipal, estas pessoas são o resultado da barricada e que, todos os que quiserem construir e manifestar as suas opções políticas, “estão à distância de um chumbo”, acusando o Partido Socialista de vir adotando esta posição nos últimos anos! Deixou claro o seu veemente protesto pelas intervenções dos representantes do PS e CDS-PP, ao mesmo tempo que agradeceu o voto favorável da CDU com os reparos associados ao mesmo tendo considerado chocante os reparos feitos aos apoios sociais prestados pela Câmara Municipal quando esta é absolutamente exemplar no domínio dos apoios sociais. Realçou uma vez mais o facto de Paredes ter sido o sétimo Concelho onde o desemprego mais baixou sendo o mérito, em primeiro lugar, dos empregadores e certamente do trabalho da Câmara Municipal, da Agência Municipal de Investimento que, para isso tem contribuído e mais contribuirá com os contratos que estão assinados e darão lugar a mais postos de trabalho confirmados, assim os investimentos contratualizados e sinalizados avancem em definitivo. Declinou todas as críticas feitas ao anterior orçamento e respetivas obras mostrando-se uma vez mais chocado com aquilo a que apelidou de mais uma mentira do Partido Socialista igual à que inventou no ano transato sobre a venda das



escolas que são propriedade da AMIParedes quando diz que a Câmara Municipal se propões alienar participações sociais daquela empresa. Prosseguiu afirmando que os membros do Partido Socialista ignoram, e não deveriam fazê-lo, que a Câmara Municipal tem participação em dezasseis sociedades, convidando a um estudo sobre este assunto ao mesmo tempo que adiantou que, se aparecerem interessados e ao preço que a Câmara Municipal entender, assim as venderá voltando a acusar os socialistas de, relativamente a este assunto, mais uma vez querer enganar quem ouve o Executivo Municipal e os houve a si próprios. Defendeu que este orçamento reflete as opções do PSD e sobretudo as preocupações sociais do Executivo Municipal rejeitando as acusações feitas à redução do apoio à Proteção Civil lembrando que a Senhora Membro da Assembleia Municipal Cláudia Mota ainda não acertou uma em um ano de mandato justificando que a mesma podia ter lido o orçamento e visto que a verba que citou é a do subsídio e que além desta, a Câmara Municipal paga os seguros dos Bombeiros e ainda pelo facto de Paredes estar inserido na Área Metropolitana do Porto, que cada Corporação irá receber em articulação com as próprias: Paredes - vinte e um mil e quarenta euros; Baltar - vinte e sete mil oitocentos e setenta euros; Rebordosa - vinte e nove mil novecentos e oitenta e dois euros; Cete - vinte e um mil e quarenta euros; Lordelo - dezassete mil oitocentos e oitenta e quatro euros, trabalho da Câmara Municipal de Paredes. Revelou que há muitos anos que o Município vem trabalhando pelo posto avançado de Cete o qual avançará no próximo ano e que os Bombeiros de Paredes, igualmente no ano que vem, irá poder dispor de uma escada magirus e que se irá também avançar para a remodelação de uma escola em Baltar para acolhimento dos jeep's da GNR questionando-se sobre que argumentos poderá ter o Partido Socialista para falar em Proteção após os factos relatados!? Prossequindo, referiu que ao longo dos anos se ouviu o PS criticar orçamentos de grande dimensão aproveitando para fazer um balanço dos orçamentos dos seus mandatos e da sua responsabilidade, o primeiro em dois mil e cinco, de aproximadamente cinquenta e um milhões de euros, em dois mil e sete de cinquenta e cinco milhões e novecentos, em dois mil e oito, sessenta e nove milhões novecentos e noventa e sete, em dois mil e nove, noventa e oito milhões e meio, em dois mil e dez, no pico da Carta Educativa, cento e vinte e seis, no ano seguinte, cento e quarenta e três, no ano seguinte e com muitas das escolas já construídas, cento e trinta e três, há dois anos atrás cento e vinte e seis, no ano



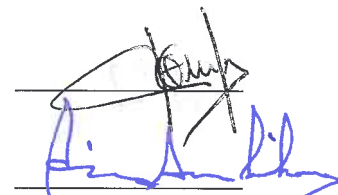
transato, oitenta e três mil e novecentos para se chegar aos sessenta e um mil e seiscentos do presente ano. Com isto, deu conta que foram construídos treze Centros Escolares, uma EB dois três, vinte e um pavilhões, imensas requalificações, estradas, espaços verdes, apoios sociais lamentando e mostrando-se chocado com o ignorar durante anos o esforço da Câmara Municipal para estar ao lado de quem mais precisava e agora, após se ter batido no fundo surgirem claros sinais de recuperação, pese embora o Executivo Municipal gostasse que fossem superiores. Quanto às taxas do lixo, lembrou que o Município durante sete anos não as aumentou tendo sido dados um milhão de euros de isenções nesta taxa considerando injustas as acusações feitas ao mesmo tempo que esclareceu que, o aumento de um euro corresponde a catorze cêntimos de cada um dos sete anos correspondendo em média a um aumento de dois vírgula oito por cento, um aumento inferior ao do gasóleo, ao IVA de eletricidade, um aumento que não cobre minimamente os custos operacionais da recolha e tratamento dos resíduos sólidos. Prosseguiu lembrando serem muitas as vezes que se ouve o Partido Socialista elogiar as coisas boas que só os autarcas do PS executam, contrapondo com o facto de, em Lousada, a taxa do lixo é de seis vírgula zero oito. Relativamente ao código do IMI alertou para o facto de ter sido o PS a aprová-lo na Assembleia da República e, como tal, este é da responsabilidade do Partido Socialista e que o Executivo Municipal apenas fez a revisão do zonamento fiscal e apesar do aumento para a taxa máxima, a Câmara Municipal receberá menos seiscentos mil euros. Referiu ainda que o Município promovia justiça fiscal e que o orçamento era um documento de opções políticas tendo sido escutadas as do PSD sem que se tivesse escutado uma única opção política do Partido Socialista e do CDS-PP! -----

--- Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA DOIS MIL E QUINZE, COM VINTE E OITO VOTOS A FAVOR E DEZASSEIS VOTOS CONTRA, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO.-----

--- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- **Paulo Jorge Moreira da Silva (PS)** - Lembrou que o seu partido votou este orçamento sob protesto, justamente porque é seu entendimento, tal como a Lei prevê, os orçamentos



são votados nas sessões ordinárias de novembro ou dezembro, exceto nos anos em que se realizam eleições autárquicas. Revelou que o Orçamento Geral do Estado deu entrada no parlamento apenas na quarta-feira e condiciona e vai mesmo condicionar os orçamentos das autarquias, considerando ser estranho votar-se um documento sem se saber exatamente o que virá para as autarquias. Disse ainda terem ficado bem espelhadas as razões pelas quais o Partido Socialista votou contra os documentos previsionais ao mesmo tempo que lembrou que o seu partido há muito tempo e nos locais próprios vem apresentado propostas para alterar o rumo da governação e a redução dos orçamentos só vem provar a razão do PS embora continuem muito longe da realidade e essa mostra-se quando se vem analisar as contas as quais ficam sempre aquém dos cinquenta por cento de realização! -----

--- **Álvaro dos Santos Pinto (CDU)** - Revelou que, quando a CDU votou favoravelmente os documentos previsionais estavam a votar e a lembrar o PEC três, quando PS e CDS-PP, votaram a favor da diminuição dos vencimentos dos trabalhadores assim como daquilo que foi a assinatura do acordo de concertação social onde PS e PSD, uma vez mais estiveram do mesmo lado. Lembraram ainda e sem sorrir do posicionamento do PS e PSD no que diz respeito à Carta Educativa que previam o encerramento das escolas do Concelho ao contrário da posição da CDU, assim como quando do voto favorável da CDU relativamente ao orçamento e não dando vontade de rir quando o PS de paredes subscreveu um comunicado para a liquidação das vinte e quatro freguesias, terminando ironicamente afirmando que tudo era como a história da formiga dizer ao elefante "*dói não dói?*" -----

--- Face às dúvidas colocadas relativamente à realização desta Assembleia Extraordinária, o **Senhor Presidente da Mesa deixou claro que, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, assumia todas as responsabilidades pela realização da presente sessão da Assembleia Municipal.** Lamentou que o Partido Socialista queira criar mais um caso, alertando para o facto de a Lei também referir que o orçamento pode ser enviado ao Presidente da Assembleia Municipal até trinta e um de outubro e, como tal, tendo sido enviado antecipadamente e, tendo havido manifestação da necessidade de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, o que gostaria de ver a bancada do PS apresentasse uma proposta para que não se realizasse a Sessão de



novembro/dezembro até para que se poupasse algum dinheiro. Revelou também que as Câmaras Municipais sabem atempadamente os valores que receberão mesmo antes do Orçamento de Estado ser aprovado e o orçamento municipal não deixará de vigorar! -----

2 - CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO -----

--- Foi presente à Assembleia Municipal a proposta de Contração de Empréstimo de Saneamento Financeiro que previamente foi enviada a todos os Senhores membros da Assembleia Municipal. -----

--- Solicitaram o uso da palavra os seguintes Senhores Membros da Assembleia Municipal: Luciano Gomes, Luísa Tadeu e Cristiana Silva. -----

--- **Luciano Manuel Calheiros Gomes (PSD)** - A sua intervenção faz parte integrante da presente ata. -----

--- **Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu (PS)** - A sua intervenção faz parte integrante da presente ata. -----

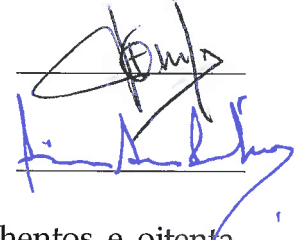
--- **Cidália Cristiana de Jesus Meireles Silva (CDS-PP)** - Começou por afirmar que o CDS-PP irá votar contra a presente proposta justificando que, depois de em dois mil e dez ter pedido um financiamento no valor de nove milhões de euros a vinte anos no intuito de financiar a parte não comparticipada pelo estado na construção dos novos Centros Educativos o qual terá de ser pago até dois mil e trinta. Continuou afirmando que este Executivo em dois mil e doze, pediu um novo empréstimo, o PAEL, de cerca de vinte milhões de euros para liquidar dívidas vencidas a fornecedores acima de noventa dias. Revelou que, por incumprimento do PAEL, que foram retidas verbas por parte da DGAL e que certamente muita falta fazem ao Concelho de Paredes. Criticou o facto do Executivo Municipal solicitar mais um empréstimo para gastar por conta do que deveriam ser os vindouros a fazer pois o atual executivo termina o seu mandato em dois mil e dezassete e, previsivelmente, um ou mais candidatos a Presidente da Câmara Municipal sentam-se agora na cadeira de vereador e todos sabem, ou pelo menos deveriam saber que a aprovação deste pedido vai condicionar restringindo a capacidade de investimento nos próximos mandatos. Prosseguiu a sua intervenção observando não se entender a aprovação de mais este pedido de empréstimo uma vez que, quem se segue, limitar-se-á a pagar dívidas do passando ficando assim fortemente limitado para fazer novos investimentos não se podendo também ignorar o sinal dado pela banca e ao contrário do

que afirmou o Senhor Presidente da Câmara Municipal em entrevista recente a um jornal, não foram apenas solicitadas a quatro instituições bancárias propostas de empréstimo e sim a oito como o demonstra os documentos distribuídos aos Senhores Membros da Assembleia Municipal. Lembrou que apenas duas apresentam proposta ao contrário das restantes duas uma por telefone e outra por escrito, a qual justifica não ser possível ao banco apresentar resposta dentro do prazo solicitado dado não ter sido apresentado o plano de saneamento financeiro conforme decorre do número cinco do artigo cinquenta e cinco da Lei setenta e três de dois mil e treze, considerando um lamentável lapso. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara Municipal** - Começou por esclarecer que a retenção anunciada pela DGAL e que até está entregue aos advogados da Câmara Municipal para processo judicial, é rigorosamente um ato de má fé dado que o Município cumpriu religiosamente o que foi estipulado aquando da assinatura do PAEL. Prosseguiu afirmando que ninguém pode ter culpa pelo facto de a DGAL ter mudado o seu entendimento e queira aplicar retroativamente essas regras e passou a explicar que, em termos líquidos, tal retenção significa que, efetivamente, a DGAL reteve uma verba e agora pergunta à Câmara Municipal a quem é que a mesma mande o dinheiro e se não fosse tão ridículo, acharia que o assunto era na verdade muito grave. Lamentou o facto de, da parte da DGAL não tenha havido o bom senso no cumprimento daquilo que está assinado e por isso é que os tribunais se pronunciarão sobre essa matéria pois esta é uma questão de honra e seja qual for o Governo, não tolera este tipo de atitudes para com o Município de Paredes. Questionou-se sobre se a Câmara Municipal está assim tão mal como emprestam dinheiro? É que, quando o PS saiu do governo ninguém emprestava dinheiro passando a explicar que o banco que apresentou a melhor proposta, oferece uma taxa de juro correspondente a menos de metade ao que o país paga com a TROIKA! De seguida lembrou as PPP's aprovadas em dois mil e dez e a primeira fatura em dois mil e catorze, questionando sobre quem era o Governo em dois mil e dez? Prosseguiu afirmando que, vir à Assembleia Municipal de Paredes e escutar as posições do PS/Paredes, é um exercício de diversão e ao ver-se a incoerência com que o PS fala da vida dos outros, acusarem como acusam e terem um telhado de cristal tão fininho que a areia que atiram para os olhos dos outros acaba por partir tais vidros! Lamentou a intervenção do CDS-PP que considerou feio de um plágio que nunca seria capaz de fazer



de um comentário feito num jornal local e apresenta-lo na Assembleia Municipal como um texto pessoal como uma declaração do Partido Socialista embora perceba a existência de partidos que atiram a pedra e escondem a mão e mandam um substituto para ouvir o que está a dizer mas que não perderá a oportunidade de dizer o que pensa à pessoa e ao carácter da pessoa que o escreveu. Lembrou que a Lei das Finanças Locais foi aprovada em dois mil e seis e segundo a mesma, até outubro do ano passado, se a Lei tivesse sido aplicada e neste aspeto todos são culpados, o PS de dois mil e seis a dois mil e onze, o PSD e o CDS de dois mil e onze a dois mil e catorze pelo que, os três partidos do arco do poder têm responsabilidades na não aplicação da Lei das Finanças Locais que estabelece a regra como o financiamento das autarquias era feito e que ia dar mais dinheiro e foi suspensa orçamento de estado a orçamento de estado e se tivesse sido cumprida, até outubro do ano passado, a Câmara Municipal teria recebido sessenta e três milhões de euros a mais! Esclareceu que, na falta daquele dinheiro, o Município efetuou três empréstimos, um de nove milhões de euros que ficará pago no final do mandato, outro de dezanove milhões de euros do PAEL e os atuais vinte milhões ora em discussão o que totaliza quarenta e oito milhões de euros o que não deixa de ser relevante porque é muito menos do que a verba que foi furtada ao Concelho de Paredes. Defendeu que a Carta Educativa foi um projeto de grande investimento e mostrou-se perplexo pelo facto do Partido Socialista quando afirma que o dinheiro na Carta Educativa foi mal gasto, foi um mau investimento quando a votou favoravelmente! Questionou-se sobre qual a posição dos pais das crianças de Parada de Todeia perante a posição do candidato do PS naquela freguesia, tendo o seu partido votado a favor da Carta Educativa foi à manifestação contra a mesma e que o seu partido aprovou! Observou que este empréstimo é o primeiro saneamento financeiro que propõe à Assembleia Municipal e tem como objetivo reduzir o prazo médio de pagamentos que há dois anos era de duzentos e oitenta e três dias, há um ano de duzentos e sete dias, atualmente é de cento e quatro dias, sendo um compromisso passar o prazo de pagamento para trinta dias, daí a contração do presente empréstimo. Referiu que a Câmara Municipal tem investimento e não esbanjou dinheiro, em nove anos a Câmara Municipal investiu duzentos e trinta e cinco milhões de euros em obras aproveitando para revelar que, em trinta anos, a Câmara Municipal investiu cento e trinta e oito milhões seiscentos e setenta e cinco, em nove anos o seu do seu mandato foram



investidos duzentos e trinta e cinco milhões sendo a despesa de quinhentos e oitenta milhões de euros quando em trinta anos essa mesma despesa foi de trezentos e quarenta e cinco milhões e setecentos mil euros! Referiu que após o término do seu mandato, a Câmara Municipal terá uma dívida de trinta e sete milhões de euros e a dívida bancária herdada foi de treze milhões e meio de euros mais os compromissos assumidos e não pagos sendo que, contabilizados os quinhentos e oitenta milhões de euros feitos é muito dinheiro, da mesma forma que trinta e sete milhões de euros também é muito dinheiro mas tem que ser entendido à luz do investimento realizado sendo verdade que apenas se devem nove vírgula quatro por cento do total da dívida. Disse não admitir que se diga que há má gestão na Câmara Municipal pois já foram pagos noventa vírgula seis por cento do que foi feito, dos quinhentos e oitenta milhões de euros investidos no Município nos últimos nove anos exigindo respeito pelo trabalho feito. Deixou claro que a Câmara Municipal não recebeu qualquer verba do orçamento de estado para fazer os Centros Escolares mas sim fundos comunitários além de serem afetadas receitas próprias e serem feitos os empréstimos do conhecimento de todos tendo sido dessa que se fez a Carta Educativa, faltando apenas a conclusão de uma única escola e quem valoriza a educação, valoriza igualmente o investimento o que acontece com o PS que não valoriza este investimento, participa em manifestações contra o que lamentou. Questionou as razões pelas quais existem quarenta e sete crianças de Penafiel a estudar nos Centros Escolares de Paredes e porque razão Valongo e Lousada não os têm porém, Paredes fê-los por terem sido uma opção. Adiantou que os custos da Carta Educativa foram cumpridos tendo apenas falhado a perspetiva da receita a qual estava calculada em função da Lei das Finanças Locais sendo o autor desta mesma Lei o Senhor "endeusado" António Costa! Lamentou ter de afirmar que os governos não foram sérios para com muita gente e muitas Câmaras Municipais alertando para o facto de a Câmara Municipal nunca ter falhado uma prestação bancária sendo por tal motivo que não falta quem queira emprestar dinheiro estando muito melhor o Concelho do que o país em dois mil e onze e assim não lhe parecendo justo colocar no mesmo saco uma Câmara Municipal que investiu na educação e outras que investiram em futebol e rotundas considerando tal facto injusto e afirmando mesmo esperar outra solidariedade do Partido Socialista se responsabilidade houvesse! Relativamente às responsabilidades sociais do Município, afirmou que foram



atribuídos seiscentos mil euros em auxílios económicos e desde dois mil e cinco, dado que os governos não cumpriram aquilo que estava contratualizado, foram pagos dez milhões e seiscentos mil euros em refeições escolares, cento e noventa e quatro mil euros em bolsas de estudo, foram pagos em nove anos, trinta e dois milhões e trezentos mil euros de transportes escolares para além da concessão de um milhão de euros nas isenções das taxas de lixo. Observou que foram ainda atribuídos apoios diretos de um milhão oitocentos e cinquenta e nove mil euros da Ação Social assim como seiscentos e onze mil euros de isenções nas piscinas municipais o que perfaz um valor de cinquenta e dois milhões e novecentos mil euros de apoios sociais nos seus mandatos nas famílias o que representa doze por cento da riqueza do Concelho dos já referidos quinhentos e oitenta milhões investidos em nove anos sendo a percentagem do orçamento de estado na segurança social de dois vírgula um por cento! -----

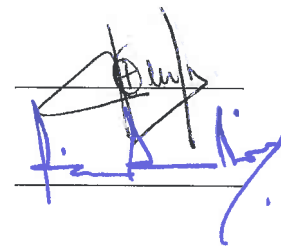
--- Colocada a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, APROVAR, POR MAIORIA, A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, COM VINTE E OITO VOTOS A FAVOR E DEZASSEIS VOTOS CONTRA, CONFORME FOLHA DE PRESENCAS QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO. -----

--- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- **José Manuel Barbosa Outeiro (PSD)** - Justificou o voto favorável da sua bancada com o facto de, com este empréstimo a intenção do Executivo Municipal é reduzir e saldar a dívida a fornecedores a qual ficará acomodada na banca com um prazo de pagamento de catorze anos e com vantagens que advêm injetar dinheiro no mercado saldando as dívidas a fornecedores dando-lhes assim maior saúde financeira com a vantagem do juro mais baixo aplicado pela banca. Desta forma espera que o PSD continue a cumprir os seus compromissos e responsabilidades para todos quantos trabalham com a Câmara Municipal de Paredes. -----

--- **João Paulo Alves dos Reis (PS)** - Declarou que este empréstimo que tem por título saneamento financeiro justamente por haver dívidas bancárias, para liquidar dívidas a curto prazo e assim aumentar a liquidez da Câmara Municipal para poder suportar tais pagamentos ao mesmo tempo que se alonga a dívida bancária do Município e daí o pedido de carência de mais um ano que reduz substancialmente o encargo mensal do



Município o que justifica o voto contra do Partido Socialista. -----

3 - MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A AMIPAREDES - AGÊNCIA MUNICIPAL DE INVESTIMENTO, E.M.,S.A.. -----

--- Foi presente à Assembleia Municipal a proposta supra mencionada que previamente foi enviada a todos os Senhores membros da Assembleia Municipal. -----

--- Solicitou pedido de intervenção a Senhora Cidália Silva. -----

--- **Cidália Cristiana de Jesus Meireles Silva (CDS-PP)** - Referiu que o seu partido se irá abster neste ponto uma vez que se trata de um relatório do primeiro semestre e dado existir tempo para a correção dos alertas manifestados não deixando de realçar o excesso no limite da dívida total no valor de cerca de oito milhões de euros é um descuido que se ainda não foi corrigido ser efetuado com a maior celeridade possível. -----

Colocado a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL APROVOU, POR MAIORIA, A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A AMIPAREDES - AGÊNCIA MUNICIPAL DE INVESTIMENTO, E.M.,S.A., COM VINTE E SETE VOTOS A FAVOR, QUINZE VOTOS CONTRA E UMA ABSTENÇÃO, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

--- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

---- **José Armando Coutinho Baptista Pereira (PS)** - Justificou o voto contra da sua bancada por considerar, como sempre, não haver razões para que esta Empresa Municipal exista. Todos os objetivos anunciados para a AMIParedes podem ser realizados diretamente pela Câmara Municipal, com evidente poupança de recursos humanos e financeiros para além de maior transparência de procedimentos. Além do mais, o presente documento, tal como o recorda o parecer fiscal dos revisores de contas da Câmara Municipal a este propósito, diz *"nos termos do artigo sessenta e dois da Lei cinquenta dois mil e doze de trinta e um de agosto"*, a AMIParedes enquadra-se em pelo menos um dos critérios de dissolução obrigatória. -----

4 - RELATÓRIO 1.º SEMESTRE - 2014 DO AUDITOR EXTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----



Foi presente à Assembleia Municipal a Proposta supra mencionada, a qual foi previamente remetida a todos os Senhores membros deste Órgão da Administração Municipal. -----

--- Solicitou o uso da palavra o Senhor Luciano Gomes. -----

--- **Luciano Manuel Calheiros Gomes (PSD)** - A sua intervenção faz parte integrante da presente ata. -----

--- **DELARAÇÕES DE VOTO:** -----

--- Solicitou declaração de voto, a qual faz parte integrante da presente ata, o **Senhor José Armando Coutinho Bapbtista Pereira (PS)**. -----

Após apreciação e colocada a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, APROVAR, POR MAIORIA, O RELATÓRIO - PRIMEIRO SEMESTRE - DOIS MIL E CATORZE DO AUDITOR EXTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PAREDES, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO. -----

5- FOI PRESENTE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PROPOSTA REFERENTE À REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, A QUAL FOI PREVIAMENTE ENVIADA A TODOS OS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. --

--- Não se registaram pedidos de intervenção. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, APROVAR, POR MAIORIA, COM VINTE E NOVE VOTOS A FAVOR E QUINZE VOTOS CONTRA A PROPOSTA REFERENTE À ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA. -----

--- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** - Aprovada por unanimidade. -----

--- E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da mesa, foram encerrados os trabalhos sendo vinte e três horas e vinte e sete minutos.-----

---E para constar se lavrou a presente que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada.-----

--- E eu, Ricardo Alexandre Silva, Técnico Profissional Especialista Principal, destacado por despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio



*
MUNICÍPIO DE
PAREDES
ROTA DOS MÓVEIS

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL nº 6/14

administrativo à Assembleia Municipal a redigi e assino conjuntamente com Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal.-----



**ROTA DOS
MÓVEIS**

*** ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES**
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2014/10/17**

1- DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014 – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

| NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS | F | C | A |
|--|--------|---|---|
| José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca | PSD | ✗ | |
| José Manuel Barbosa Outeiro | PSD | ✗ | |
| Maria da Conceição A.S. Bessa Ruão Pinto | PSD | — | — |
| Luciano Manuel Calheiros Gomes | PSD | ✗ | |
| Joaquim Ferreira da Mota | PSD | ✗ | |
| Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa | PSD | ✗ | |
| José Joaquim Leitão da Mota | PSD | ✗ | |
| Catarina da Silveira Nunes Barbosa a) | PSD | ✗ | |
| Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes | PSD | ✗ | |
| António do Couto Ferreira | PSD | ✗ | |
| Rui Manuel Vasconcelos Pinto | PSD | ✗ | |
| Andreia Joana Morris Mendes | PSD | ✗ | |
| Joaquim Moreira de Bessa | PSD | ✗ | |
| José Armando Coutinho Baptista Pereira | PS | | ✗ |
| Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu | PS | | ✗ |
| Paulo Jorge Moreira da Silva | PS | | ✗ |
| Joaquim da Silva Leal | PS | | ✗ |
| António Joaquim Garcez Neto da Silva a) | PS | | ✗ |
| João Paulo Alves dos Reis | PS | | ✗ |
| Carla Cândida Pinheiro Carneiro a) | PS | | ✗ |
| Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota | PS | | ✗ |
| Samuel António Leal Ribeiro | PS | | ✗ |
| Ana Filipa Ribeiro da Costa | PS | | ✗ |
| Mário Luís Tadeu Coelho da Silva | PS | | ✗ |
| Álvaro dos Santos Pinto | CDU | ✗ | |
| Cristiano Manuel Soares Ribeiro | CDU | ✗ | |
| Rui José Fernandes da Silva a) | CDS/PP | | ✗ |

| NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA | F | C | A |
|---|-----|---|---|
| Luís Alberto da Costa Teixeira | PSD | ✗ | |
| Maria de Lurdes da Silva Meireles | PSD | ✗ | |
| Maria da Conceição Reis Moreira Rosendo | PSD | ✗ | |
| José Fernando Ribeiro dos Santos | PSD | ✗ | |
| Joaquim Tomás Fernandes Correia | PSD | ✗ | |
| Carlos Franclim Moreira da Silva | PSD | ✗ | |
| António Manuel de Bessa Oliveira | PSD | ✗ | |
| Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito | PSD | ✗ | |
| Fernando Nuno Leal Lamas Serra | PSD | ✗ | |
| José Augusto da Silva Borges | PSD | ✗ | |
| Francisco Augusto Ferreira | PSD | ✗ | |
| André Filipe Barros dos Santos | PSD | ✗ | |
| José Ferreira da Cruz | PSD | ✗ | |
| António Manuel de Bessa Oliveira | PS | | ✗ |
| Belmiro dos Santos Sousa | PS | | ✗ |
| João Manuel Nogueira Gonçalves | PS | | ✗ |
| José da Cunha Magalhães | PS | | ✗ |
| Agostinho Oliveira Pinto | CDU | ✗ | |

↳ Cidadã Cristiana de Jesus Meireles da Silva

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

[Handwritten signatures and names in blue ink: Rui José Fernandes da Silva, Ana Paula Gomes]



ROTA DOS MÓVEIS

*** ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES**
 Parque José Guilherme
 4580-130 Paredes
 Tel.: 255 788 800/20
 Fax: 255 782 155
 assembleia.municipal@cm-paredes.pt

Dez. 2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2014/10/17

2- CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

| NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS | F | C | A |
|--|--------|---|---|
| José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca | PSD | X | |
| José Manuel Barbosa Outeiro | PSD | X | |
| Maria da Conceição A.S. Bessa Ruão Pinto | PSD | ✓ | — |
| Luciano Manuel Calheiros Gomes | PSD | X | |
| Joaquim Ferreira da Mota | PSD | X | |
| Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa | PSD | X | |
| José Joaquim Leitão da Mota | PSD | X | |
| Catarina da Silveira Nunes Barbosa a) | PSD | X | |
| Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes | PSD | X | |
| António do Couto Ferreira | PSD | X | |
| Rui Manuel Vasconcelos Pinto | PSD | X | |
| Andreia Joana Morris Mendes | PSD | X | |
| Joaquim Moreira de Bessa | PSD | X | |
| José Armando Coutinho Baptista Pereira | PS | | X |
| Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu | PS | | X |
| Paulo Jorge Moreira da Silva | PS | | X |
| Joaquim da Silva Leal | PS | | X |
| António Joaquim Garcez Neto da Silva a) | PS | | X |
| João Paulo Alves dos Reis | PS | | X |
| Carla Cândida Pinheiro Carneiro a) | PS | | X |
| Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota | PS | | X |
| Samuel António Leal Ribeiro | PS | | X |
| Ana Filipa Ribeiro da Costa | PS | | X |
| Mário Luís Tadeu Coelho da Silva | PS | | X |
| Álvaro dos Santos Pinto | CDU | X | |
| Cristiano Manuel Soares Ribeiro | CDU | X | |
| Rui José Fernandes da Silva a) | CDS/PP | | X |

| NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA | F | C | A |
|---|-----|---|---|
| Luís Alberto da Costa Teixeira | PSD | X | |
| Maria de Lurdes da Silva Meireles | PSD | X | |
| Maria da Conceição Reis Moreira Rosendo | PSD | X | |
| José Fernando Ribeiro dos Santos | PSD | X | |
| Joaquim Tomás Fernandes Correia | PSD | X | |
| Carlos Francim Moreira da Silva | PSD | X | |
| António Manuel de Bessa Oliveira | PSD | X | |
| Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito | PSD | X | |
| Fernando Nuno Leal Lamas Serra | PSD | X | |
| José Augusto da Silva Borges | PSD | X | |
| Francisco Augusto Ferreira | PSD | X | |
| André Filipe Barros dos Santos | PSD | X | |
| José Ferreira da Cruz | PSD | X | |
| António Manuel de Bessa Oliveira | PS | | X |
| Belmiro dos Santos Sousa | PS | | X |
| João Manuel Nogueira Gonçalves | PS | | X |
| José da Cunha Magalhães | PS | | X |
| Agostinho Oliveira Pinto | CDU | X | |

a) a cidadã cristiana de Jesus Meireles Silva

Observações:
 a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
 b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
 c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
 d) Por renúncia do titular do cargo
 e) Por falecimento da titular do cargo
 f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia
O Presidente
 1.º Secretário *[Handwritten Signature]*
 2.º Secretário *Ana Paula Gomes*



ROTA DOS MÓVEIS *
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES
 Parque José Guilherme
 4580-130 Paredes
 Tel.: 255 788 800/20
 Fax: 255 782 155
 assembleia.municipal@cm-paredes.pt

Doc 3

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES FOLHA DE VOTAÇÃO

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2014/10/17**

3- MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A AMIPAREDES – AGÊNCIA MUNICIPAL DE INVESTIMENTO, E.M., S.A. – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

| NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS | F | C | A |
|--|--------|---|---|
| José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca | PSD | ✓ | |
| José Manuel Barbosa Outeiro | PSD | ✓ | |
| Maria da Conceição A.S. Bessa Ruão Pinto | PSD | ✓ | ✓ |
| Luciano Manuel Calheiros Gomes | PSD | ✓ | |
| Joaquim Ferreira da Mota | PSD | ✓ | |
| Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa | PSD | ✓ | |
| José Joaquim Leitão da Mota | PSD | ✓ | |
| Catarina da Silveira Nunes Barbosa a) | PSD | ✓ | |
| Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes | PSD | ✓ | |
| António do Couto Ferreira | PSD | ✓ | |
| Rui Manuel Vasconcelos Pinto | PSD | ✓ | |
| Andreia Joana Morris Mendes | PSD | ✓ | |
| Joaquim Moreira de Bessa | PSD | ✓ | |
| José Armando Coutinho Baptista Pereira | PS | | ✓ |
| Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu | PS | | ✓ |
| Paulo Jorge Moreira da Silva | PS | | ✓ |
| Joaquim da Silva Leal | PS | | ✓ |
| António Joaquim Garcez Neto da Silva a) | PS | | ✓ |
| João Paulo Alves dos Reis | PS | | ✓ |
| Carla Cândida Pinheiro Carneiro a) | PS | | ✓ |
| Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota | PS | | ✓ |
| Samuel António Leal Ribeiro | PS | | ✓ |
| Ana Filipa Ribeiro da Costa | PS | | ✓ |
| Mário Luís Tadeu Coelho da Silva | PS | | ✓ |
| Álvaro dos Santos Pinto | CDU | ✓ | |
| Cristiano Manuel Soares Ribeiro | CDU | ✓ | |
| Rui José Fernandes da Silva a) | CDS/PP | | ✓ |

| NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA | F | C | A |
|---|-----|---|---|
| Luís Alberto da Costa Teixeira | PSD | ✓ | |
| Maria de Lurdes da Silva Meireles | PSD | ✓ | |
| Maria da Conceição Reis Moreira Rosendo | PSD | ✓ | |
| José Fernando Ribeiro dos Santos | PSD | ✓ | |
| Joaquim Tomás Fernandes Correia | PSD | ✓ | |
| Carlos Franclim Moreira da Silva | PSD | ✓ | |
| António Manuel de Bessa Oliveira | PSD | ✓ | |
| Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito | PSD | ✓ | |
| Fernando Nuno Leal Lamas Serra | PSD | ✓ | |
| José Augusto da Silva Borges | PSD | ✓ | |
| Francisco Augusto Ferreira | PSD | ✓ | |
| André Filipe Barros dos Santos | PSD | ✓ | |
| José Ferreira da Cruz | PSD | ✓ | |
| António Manuel de Bessa Oliveira | PS | | ✓ |
| Belmiro dos Santos Sousa | PS | | ✓ |
| João Manuel Nogueira Gonçalves | PS | | ✓ |
| José da Cunha Magalhães | PS | | ✓ |
| Agostinho Oliveira Pinto | CDU | ✓ | |

a) *Cidália Cristina de Jesus Meireles Silva*

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

Rui José Fernandes da Silva

Ana Paula Gomes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2014/10/17

4- RELATÓRIO 1º SEMESTRE – 2014 DO AUDITOR EXTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

| NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS | F | C | A |
|--|--------|---|---|
| José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca | PSD | X | |
| José Manuel Barbosa Outeiro | PSD | X | |
| Maria da Conceição A.S. Bessa Ruão Pinto | PSD | X | X |
| Luciano Manuel Calheiros Gomes | PSD | X | |
| Joaquim Ferreira da Mota | PSD | X | |
| Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa | PSD | X | |
| José Joaquim Leitão da Mota | PSD | X | |
| Catarina da Silveira Nunes Barbosa a) | PSD | X | |
| Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes | PSD | X | |
| António do Couto Ferreira | PSD | X | |
| Rui Manuel Vasconcelos Pinto | PSD | X | |
| Andreia Joana Morris Mendes | PSD | X | |
| Joaquim Moreira de Bessa | PSD | X | |
| José Armando Coutinho Baptista Pereira | PS | | X |
| Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu | PS | | X |
| Paulo Jorge Moreira da Silva | PS | | X |
| Joaquim da Silva Leal | PS | | X |
| António Joaquim Garcez Neto da Silva a) | PS | | X |
| João Paulo Alves dos Reis | PS | | X |
| Carla Cândida Pinheiro Carneiro a) | PS | | X |
| Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota | PS | | X |
| Samuel António Leal Ribeiro | PS | | X |
| Ana Filipa Ribeiro da Costa | PS | | X |
| Mário Luís Tadeu Coelho da Silva | PS | | X |
| Álvaro dos Santos Pinto | CDU | X | |
| Cristiano Manuel Soares Ribeiro | CDU | X | |
| a) Rui José Fernandes da Silva a) | CDS/PP | | X |

| NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA | F | C | A |
|---|-----|---|---|
| Luís Alberto da Costa Teixeira | PSD | X | |
| Maria de Lurdes da Silva Meireles | PSD | X | |
| Maria da Conceição Reis Moreira Rosendo | PSD | X | |
| José Fernando Ribeiro dos Santos | PSD | X | |
| Joaquim Tomás Fernandes Correia | PSD | X | |
| Carlos Franclim Moreira da Silva | PSD | X | |
| António Manuel de Bessa Oliveira | PSD | X | |
| Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito | PSD | X | |
| Fernando Nuno Leal Lamas Serra | PSD | X | |
| José Augusto da Silva Borges | PSD | X | |
| Francisco Augusto Ferreira | PSD | X | |
| André Filipe Barros dos Santos | PSD | X | |
| José Ferreira da Cruz | PSD | X | |
| António Manuel de Bessa Oliveira | PS | | X |
| Belmiro dos Santos Sousa | PS | | X |
| João Manuel Nogueira Gonçalves | PS | | X |
| José da Cunha Magalhães | PS | | X |
| Agostinho Oliveira Pinto | CDU | X | |

Alto Cidália Cristiana de Jesus Meireles Lda

Observações:
 a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
 b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
 c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
 d) Por renúncia do titular do cargo
 e) Por falecimento da titular do cargo
 f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia
O Presidente
 1º Secretário *[Signature]*
 2º Secretário *Ana Paula Gomes*



**ROTA DOS
MÓVEIS**

*** ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES**
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

DES

[Handwritten signatures]

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2014/10/17**

5- ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

| NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS | | F | C | A |
|--|--------|---|---|---|
| José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca | PSD | X | | |
| José Manuel Barbosa Outeiro | PSD | X | | |
| Maria da Conceição A.S. Bessa Ruão Pinto | PSD | - | - | - |
| Luciano Manuel Calheiros Gomes | PSD | X | | |
| Joaquim Ferreira da Mota | PSD | X | | |
| Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa | PSD | X | | |
| José Joaquim Leitão da Mota | PSD | X | | |
| Catarina da Silveira Nunes Barbosa a) | PSD | X | | |
| Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes | PSD | X | | |
| António do Couto Ferreira | PSD | X | | |
| Rui Manuel Vasconcelos Pinto | PSD | X | | |
| Andreia Joana Morris Mendes | PSD | X | | |
| Joaquim Moreira de Bessa | PSD | X | | |
| José Armando Coutinho Baptista Pereira | PS | | | X |
| Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu | PS | | | X |
| Paulo Jorge Moreira da Silva | PS | | | X |
| Joaquim da Silva Leal | PS | | | X |
| António Joaquim Garcez Neto da Silva a) | PS | | | X |
| João Paulo Alves dos Reis | PS | | | X |
| Carla Cândida Pinheiro Carneiro a) | PS | | | X |
| Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota | PS | | | X |
| Samuel António Leal Ribeiro | PS | | | X |
| Ana Filipa Ribeiro da Costa | PS | | | X |
| Mário Luís Tadeu Coelho da Silva | PS | | | X |
| Álvaro dos Santos Pinto | CDU | X | | |
| Cristiano Manuel Soares Ribeiro | CDU | X | | |
| Rui José Fernandes da Silva a) | CDS/PP | X | | |

| NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA | | F | C | A |
|---|-----|---|---|---|
| Luís Alberto da Costa Teixeira | PSD | X | | |
| Maria de Lurdes da Silva Meireles | PSD | X | | |
| Maria da Conceição Reis Moreira Rosendo | PSD | X | | |
| José Fernando Ribeiro dos Santos | PSD | X | | |
| Joaquim Tomás Fernandes Correia | PSD | X | | |
| Carlos Franclim Moreira da Silva | PSD | X | | |
| António Manuel de Bessa Oliveira | PSD | X | | |
| Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito | PSD | X | | |
| Fernando Nuno Leal Lamas Serra | PSD | X | | |
| José Augusto da Silva Borges | PSD | X | | |
| Francisco Augusto Ferreira | PSD | X | | |
| André Filipe Barros dos Santos | PSD | X | | |
| José Ferreira da Cruz | PSD | X | | |
| António Manuel de Bessa Oliveira | PS | | | X |
| Belmiro dos Santos Sousa | PS | | | X |
| João Manuel Nogueira Gonçalves | PS | | | X |
| José da Cunha Magalhães | PS | | | X |
| Agostinho Oliveira Pinto | CDU | X | | |

a) b) c) d) e) f) Cláudia Cristiana de Jesus Meireles Silva

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário

[Handwritten signatures for the President and Secretaries]

Doc. 6



Orçamento 2014

Esta oposição em sede de reunião de Câmara, tão depressa fala em orçamento irrealista, como reconhece que este é um orçamento próximo da realidade – basta ler a ata da reunião de câmara;

Acho que os senhores da oposição sabem que estamos na presença de documentos previsionais, (o que, só por si diz tudo) – previsão; estimativa; valor estimado para fazer face a uma despesa; **NENHUM CONTABILISTA PODE DIZER O CONTRÁRIO!**

PORTANTO: Acho que não devemos tratar estes documentos como mera análise contabilística – MAIS DO QUE ISSO – Julgo que devemos observar e criticar as opções políticas – isso, SIM!

O que é que eu vejo? - Um PS que não tem visão estratégica para o concelho; tem uma conduta meramente reactiva, OU SEJA, não agem, não apresentam propostas, apenas reagem, e mal, como é o caso do orçamento.

Mas, se querem números, então façamos um breve exercício. A simples análise dos números dá-nos razão, pois, se entre 2005 e 2014 se efetuaram investimentos na ordem dos 235 milhões de euros, num total de 580 milhões de euros se contarmos com as despesas correntes. PORTANTO, assim sendo, e se a dívida aumentou em

cerca de 40 milhões... Pergunto? houve ou não rigor na gestão? A RESPOSTA SÓ PODE SER AFIRMATIVA Claro que HOUVE RIGOR!

Estamos a falar de investimento nas freguesias – desde Centros escolares; Pavilhões de Proximidade – Ação social etc, etc... Tudo está Fundamentado!

E A PERGUNTA É: Houve ou Não **RIGOR nas escolhas e assertividade nas decisões. Fica Claro que SIM!**

NO ENTANTO

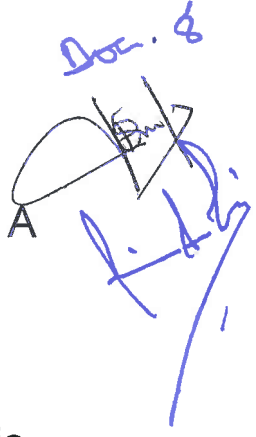
Concluído este esforço de investimento, é **NECESSÁRIO** fazer um plano de contenção e centrar o investimento **APENAS NO QUE É ESSENCIAL** e por isso, estes documentos são de enorme contenção,

MAS, MAIS....São também de enorme contenção - quer por forma a permitir que seja paga a dívida vencida, quer por forma a dar sustentabilidade a todas as opções políticas de investimento que venham a ser consideradas no futuro como as mais corretas.

POR OUTRO LADO, falam e virão aqui dizer hoje que “este orçamento prevê uma diminuição de valores no que respeita ao apoio de subsídios a instituições”.

De. 7


MEUS AMIGOS...É FALSO...O PS CONTINUA A MENTIR!

Doc. 8


Não há qualquer diminuição dessa previsão de apoio, apenas o que acontecia é que nos anos anteriores os apoios eram pagos no ano seguinte ao da sua atribuição e, como tal, estavam dotadas as respetivas rúbricas em duplicado. A Câmara Municipal de Paredes, agora paga no ano da atribuição e por isso o valor previsto é equivalente ao que tem vindo a ser atribuído e deliberado nos últimos anos.

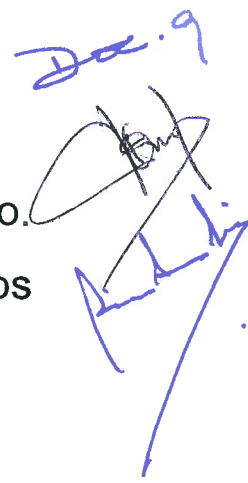
MAS o Partido Socialista não fica por aqui!

Em reunião de Câmara, através de comunicado e certamente que aqui hoje neste órgão, vai reafirmar que o **“orçamento prevê a subida da tarifa de resíduos sólidos”**

ORA, é preciso falar verdade e sobretudo, estudar os assuntos e falar com conhecimento!

Os Senhores sabem que a tarifa de resíduos sólidos não sofre alterações desde julho de 2007, ou seja, se nada fosse feito, estaríamos a violar o próprio regime jurídico das taxas das autarquias locais que obriga, não só à sua atualização, mas também a que o efetivo custo da

prestação do serviço tenha reflexo no preço final praticado.
OU SEJA, os municípios são obrigados a alterar os
tarifários...

Doc. 9


Não vale a pena a demagogia, TAMBEM NESTA
MATÉRIA! MEUS AMIGOS...**ESTAMOS A FALAR de 1
euro MENSAL. Que dividido por sete anos dá um valor
inferior a 20 cêntimos!**

**Quanto à diminuição do apoio às famílias, MEUS
SENHORES....Se essa afirmação não viesse de quem
vem, eu diria que era preocupante!**

**APOIOS SOCIAIS 2009/2013...SABEM QUANTO? -
€1.153.798,00**

**Gastos na AÇÃO SOCIAL - 2013 - QUANTO? -
€441.326,11**

MEUS AMIGOS...falta de apoio às famílias? Parece que já
esqueceram a governação Sócrates! O resgate a que o
país teve sujeito.....a TRoika.....o memorando de
entendimento e os pecks!

ENFIM...O país continua a pagar a factura de um dos
piores governos de sempre....**Lições dessa bancada? -
Tenham paciência!**

Doc. 70

Quem paga os transportes escolares às nossas crianças? Quem faculta as refeições escolares?

A TITULO DE EXEMPLO:

Despesas com transportes escolares e refeições escolares ???

| | 2013/2014 | 2014/2015 (previsão) |
|-----------------------|----------------|----------------------|
| Transportes escolares | 1.872.000,00 € | 2.026.000,00 € |
| Refeições escolares | 1.231.000,00 € | 1.390.000,00 € |

POR TUDO ISTO, estes documentos previsionais apresentam rigor e contenção – e como disse no início, este facto, pelo menos é reconhecido por V. Exas e por isso mesmo, merecem **TAMBÉM** a aprovação da bancada do PSD nesta Assembleia.

Documentos Previsionais Ano 2015

DS-11


Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Paredes e restante Mesa da AM
Exmo Senhor Presidente da Camara Municipal de Paredes, senhoras e senhores vereadores
Emos companheiros da Assembleia Municipal ,
Exmos representantes da Comunicação Social
Minhas Senhoras, Meus Senhores

Estamos aqui para comentar os DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2015” ou ORÇAMENTO para 2015 do Município de Paredes, apresentado a esta Assembleia pelo atual executivo da Câmara Municipal de Paredes, depois de aprovada pelos 5 vereadores do PSD e tendo recebido o voto contra dos 4 vereadores do PS.

Todos tivemos acesso aos documentos que foram votados na reunião de Câmara e às alegações e justificações apresentadas por ambas as partes. Pelo PS, argumentou o Dr. Alexandre Almeida que embora seja vereador e Economista, não teve qualquer participação na sua elaboração. Pelo executivo do PSD, que elaborou o documento, argumentou o Dr. Celso Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Paredes.

Tal como foi dito, apraz-nos registar a preocupação em destacar o PS como “a oposição”, com várias referências ao longo do texto, como se fossemos nós os únicos que nesta Assembleia e no concelho de Paredes discordamos das decisões tomadas por este executivo.

Mais do que ter uma “lógica populista” procuramos defender o que a maioria dos portugueses, incluindo os paredenses, desejam que os políticos façam – agir com verdade.

Ao longo dos últimos anos, ano após ano, temos vindo a chamar a atenção para a ficção dos orçamentos apresentados por este executivo. Apesar do orçamento ser um conjunto de previsões de receitas e despesas, há receitas que se identificam logo à partida como irrealizáveis e não é necessário ser contabilista nem economista para o perceber. As críticas que fomos fazendo ao longo dos últimos anos, foram todas confirmadas pelos resultados apresentados no ano seguinte, o que prova que tínhamos razão.

Não enjeitamos a constatação de que foi graças a essa constante crítica que os valores dos ORÇAMENTOS foram progressivamente baixando, ano após ano, aproximando-se, mas ainda longe da realidade.

A proposta de ORÇAMENTO para o ano 2015 apresenta um valor global de receita de **61.683.520 euros**, muito longe dos orçamentos apresentados em anos anteriores, que chegaram a prever como receita os 140 milhões de euros. Invariavelmente a ficção comprovou-se quando a execução orçamental apresentada no ano seguinte não ultrapassou os 40 milhões de euros.

Para o ano de 2015 registamos com agrado que praticamente desapareceu nas receitas a rubrica de “**Vendas de Bens de Investimento**” que chegou a atingir os 80 milhões de euros e que correspondia, de acordo com palavras do senhor presidente da Câmara de Paredes nesta Assembleia, ao valor das escolas desativadas. Também a não ser isso, o que seria? Na devida



altura pusemos em causa essa rubrica, porque, tal como se confirmou, nunca se realizou. As escolas não se venderam. Passaram para a responsabilidade e património da AMI PAREDES. O valor foi baixando e em 2014 ainda surgia com um valor de 36 milhões e agora praticamente desapareceu.

No entanto, ao analisar os documentos previsionais, verificamos que há uma receita previsível de 18.545.414 euros, correspondente a venda de "Ativos Financeiros". Não estando dito a que ativos financeiros se referem, inferimos nós que correspondem à participação da Câmara na empresa municipal AMI PAREDES. Será que a Câmara de Paredes se propõe alienar a maioria da sua participação na AMI PAREDES? Se não é assim, então gostávamos de entender a que ativos financeiros com este valor se referem. De outro modo, interpretamos que houve uma mudança de estratégia e apesar de reduzidos para cerca de metade, continua a haver valores ficcionados neste orçamento.

Desta forma e no capítulo das receitas, este ORÇAMENTO cria uma falsa ilusão de contenção quando na realidade a única rubrica que diminuiu foi a que estava inflacionada. A ilusão diminuiu mas mantém-se.

Mas não será só por isto que a votação do PS não pode ser favorável a este orçamento.

Este orçamento não é amigo dos paredenses nem das suas coletividades.

São reduzidos os apoios aos paredenses mais necessitados. O orçamento do projeto PAREDES AJUDA foi reduzido de 145.000 euros em 2014 para 52.300 euros em 2015 (cerca de um terço do anterior).

São reduzidos os apoios às associações do concelho (que nunca foram muitos). Por exemplo o orçamento para as Corporações de Bombeiros foi de 117.500 euros em 2014 e baixará em 2015 para 70.000 euros.

São reduzidos os apoios à cultura (que já não eram muitos). Por exemplo o projeto Paredes com Teatro tinha em 2014 48.665 euros e agora terá apenas 22.400 euros (menos de metade).

Foi mantido o valor de transferência de verbas para as freguesias, que já considerávamos baixo em 2014, pondo seriamente em risco a sua sustentabilidade.

Mais estranho é o desaparecimento de parte do investimento nas freguesias anunciado em 2014 através do Plano Plurianual de Investimentos. Por exemplo, desapareceram as verbas previstas para o aumento do cemitério de Beire e da construção da casa mortuária de Duas Igrejas. Nestes casos não se pôs, mas tirou-se o que já tinha sido prometido e orçamentado.

E inesperadamente, contra a corrente da maioria dos municípios da região, propõe-se aumentar o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para a taxa máxima de 0,5%, quando no ano passado, ano de eleições autárquicas era de 0,4%.

Na argumentação efetuada na reunião da Câmara, transcrita na ATA que nos foi fornecida, o senhor presidente diz que não há proposta de aumento do IMI em todo o documento.

Senhor presidente a proposta para o aumento do IMI consta dos documentos previsionais a fls 18.

Aliás outra crítica que se pode fazer a este ORÇAMENTO é a inclusão das propostas de alteração de Taxas e Impostos Municipais no próprio documento. Desta forma misturamos “alhos com bugalhos” e haverá quem nem se aperceba no que vai votar quanto votar este documento.

Presumo que quando aprovado o Orçamento por esta Assembleia, ficarão aprovadas todas as propostas e autorizações ali formuladas, nomeadamente - Fixação de taxa de IRS em 5%, Derrama de 1,5%, Taxa de IMI de 0,5%, Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos de 6 Euros/mês e a Autorização da AMP para que a CMP possa realizar despesas, contratos e empréstimos a pagar para além de 2015, mesmo para além de 2017, limite do mandato deste executivo. Isto é o que é proposto de pgs 18-20.

Ou será que não é assim?

Para além dos documentos previsionais, estas são propostas e autorizações concretas que nos é proposto validar e aceitar, a vigorar a partir do momento em que sejam aprovadas e sob a responsabilidade de quem o fizer.

Pelo que foi dito, não nos resta outra alternativa senão, **votar contra** este ORÇAMENTO para 2015, da autoria do executivo do Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Paredes.



J.A. Baptista Pereira



17-10-2014

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Paredes
e membros da Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paredes
e vereadores do Executivo

Exmos. Membros da Assembleia Municipal

Respeitável Público

De. 12



A discussão actual dos Documentos Previsionais para 2015 da Câmara Municipal de Paredes, segundo a CDU, apresenta-se condicionada por algumas razões que passo a expor.

Esses documentos não incorporam ideias e sugestões das forças políticas de Oposição, quer no Executivo quer na Assembleia Municipal. Não foi portanto cumprido o Estatuto do Direito de Oposição, instrumento de informação e participação democrática de sectores e forças representativas que se interessam pelo bem público

Esses documentos apresentam uma orientação que traduz forte contenção no investimento e de austeridade cega, não se perspectivando um desenvolvimento que supere deficiências e atrasos. Persiste a dificuldade em assegurar receitas equilibradas com as despesas.

Esses documentos reflectem a mera continuidade de projectos e opções, com a aposta em alguns tópicos já conhecidos (carta educativa, design do mobiliário, equipamentos desportivos, ...).

Esses documentos deixam de fora as participações sociais da Câmara em sociedades. Perante acusações, fundadas ou infundadas, de alienação da participação social da Câmara na AMI Paredes (titular único), importava esclarecer através dos Documentos Previsionais tal facto ou em esclarecimento nesta Assembleia

Não sendo a vertente contabilística da discussão destes documentos o que mais nos move, julgamos que os valores absolutos assim analisados podem dar uma imagem redutora da situação. Um orçamento mais reduzido poderá ser, ou não, um orçamento mais realista. Importa analisar em pormenor as rubricas dos Documentos Previsionais.

A dívida global em 2014 é de 54.917468,67 euros. Dívida a bancos e a fornecedores, estruturada ou não, mas dívida.

Receita corrente - 41.016.198 euro (Impostos Directos, impostos Indirectos, Taxas, Multas, Rendimentos de Propriedades, Transferências Correntes, venda de bens e serviços correntes)

Sublinhado 55,8% do total. Muito pequena diminuição das receitas correntes. IMI com menos 7%. Receitas fiscais +14,8%. Receitas não fiscais menos 30,3%

Despesa corrente 37.807.113 euros (Aquisição de bens e serviços, despesas com pessoal, Transferências correntes) + amortizações 3.209.085 euros ... *forte recrudescimento da despesa corrente? Pág 7*

Receita capital 20.657.106 euros (Activos Financeiros) + 10.216 euros de reposições não abatidas nos pagamentos

Forte diminuição das receitas de capital

Despesa de capital 23.876.407 euros (aquisição de bens de capital)

Ser campeão do investimento será idêntico a ser capital do endividamento?

Quanto às propostas de taxa máxima de IMI de 0,5%, de fixação de participação no IRS em 2015 em 4%, de lançamento de derrama até ao limite máximo de 1,5%, tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos, com aumento de 2,8% ao ano, de isenção de derrama para pequenas e micro empresas com facturação anual inferior a 150.000 euros consideramos que num quadro de redução de receitas por via do Orçamento de Estado, elas são necessários para os investimentos previstos nas freguesias.

Identificamos nas POLITICAS ECONOMICAS E FINANCEIRAS NACIONAIS os verdadeiros estrangulamentos do Poder Local Democrático e causa de asfixia das dinâmicas autárquicas. Por pior que seja a actividade de gestão local, nada obsta a que sinalizemos no Poder Central os culpados do desinvestimento público e abandono das funções sociais do Estado.

Veja-se o anunciado aumento da electricidade.

O nosso voto *a favor* não constitui um cheque em branco á gestão da Câmara, antes constitui uma plataforma de compromisso para melhores soluções orçamentais.

Cristiano Ribeiro

EXM.^o SENHOR PRES. CAMARA

" " PRES. ASSEMBLEIA EYESA

" " VEREADORES

CAROS COLEGAS DA ASSEMBLEIA
PUBLICO.

A minha intervenção vai no sentido de aqui deixar bem claro que o P.S. Zaredes não está nesta Assembleia Municipal nem no executivo apenas para o vota abaixo. Não, não é esta a linha política do Partido Socialista. Mas também não dá o seu okei aos planos consumados com os quais não concorda em vários pontos.

o Plano e Orçamento da Camara para 2015 foi objeto de análise e reflexão por parte do P.S. Concelho e podemos concluir que neste Plano e orçamento todas as instituições e Municipios de Zaredes ficam a perder. As Instituições porque lhe ~~continuam~~ a ser retiradas verbas aos subsídios, e aos Municipios são acrescentados impostos.

Naturalmente que na discussão que vai ter Lugar o referido Plano e Orçamento, serão elencados alguns dos problemas que referi, mas tenho muita pena que um documento desta importância para o Concelho não tenha tido como nos anos anteriores a participação da oposição. Estou certo que não é este o procedimento em muitas das Camaras do Zais. Quero a título pessoal, reconhecer que o Presidente da nossa Camara até é um Autarca exemplarmente reivindicativo junto dos Governantes do Zais. Os senhores Vereadores são ótimas pessoas, mas não têm acertado ~~acertado~~ muito com as melhores formas de conduzir o município nas vertentes sociais,

de. 13



culturais e até o planeamento e aproveitamento das potencialidades turísticas do Sul do Concelho.

Deve ser ouvidas mais vezes a oposição e os autarcas locais e certamente todo o Concelho ficará a ganhar. Disse

Laudes 18 Outubro 2014

Joaquim Silva Ceal
Membro Assembleia Municipal
pelo Partido Socialista

PARA

EMPRESTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DE 20 MILHÕES DE EUROS

de. 14



Nos últimos anos temos debatido nesta Assembleia propostas para empréstimos a longo prazo.

Relativamente ao primeiro, em 2010, foi contraído um empréstimo de 9 milhões de euros a 20 anos para financiamento da parte não comparticipada pelos fundos comunitários para a construção dos Centros Escolares. Tendo em vista a finalidade, o PS não criou qualquer obstáculo à proposta do executivo.

Dois anos mais tarde, em 2012, a Câmara recorre a um novo financiamento, desta vez no âmbito do PAEL, tendo recebido um empréstimo de cerca de 20 milhões de euros dos 24 que havia pedido, a pagar em 20 anos.

Dizia-se, então, que o dinheiro se destinava ao pagamento de dívidas a fornecedores.

Foi-nos dito pelo executivo da Câmara, tanto em 2012 como na discussão das contas de 2013, de forma clara e inequívoca, que a situação financeira da Câmara era estável, equilibrada, de boa saúde e que se recomendava. O mesmo era defendido acerrimamente pela bancada do PSD.

Dois anos depois, encontramos aqui com o mesmo propósito: análise de uma nova proposta de contração de novo empréstimo de 20 milhões de euros.

Mais ainda, este empréstimo será pago ao longo de 14 anos, com a agravante de um ano de carência, ou seja, a dívida começará a ser paga apenas em 2016, hipotecando, ainda mais, o futuro.

A ser aprovada esta proposta, ficará o Município com mais uma dívida de 20 milhões de euros, até 2030, além de outras já contraídas, acrescidas dos respetivos juros que só deste empréstimo terão de ser pagos no primeiro ano 548400 euros anuais.

O Partido socialista não está disponível para votar favoravelmente uma proposta que compromete seriamente os executivos vindouros, e, conseqüentemente, o futuro da Câmara Municipal de Paredes.

É altura de dizer basta, pois, caso contrário e a este ritmo, daqui a dois anos, estará este executivo novamente nesta AM a apresentar outro pedido para novo financiamento, empurrando o seu pagamento, comprometendo gerações.

Ainda admitiríamos reavaliar a nossa postura caso fosse feita uma auditoria financeira para que as dúvidas existentes fossem dissipadas.

A teoria "eu sonho, eu quero, eu tenho", merece e exige ponderação. Há que pensar nas consequências dos projetos para que situações constrangedoras não venham a acontecer no futuro.

O PS vota contra a proposta.

Ária Luís Tadeu

Saneamento Financeiro:

O Argumentário do Partido Socialista, sobre esta matéria, em reunião de executivo é no mínimo CONFRANGEDOR!

O PS votou contra este ponto e está no seu direito!

MAS, fundamentar a sua discordância pelo facto da **Câmara Municipal ter recorrido ao PAEL, em 2012**,... isso de facto é muito pouco, para quem se diz oposição e quer governar a Câmara,...

Nem sequer discuto a importância do PAEL, COMO SABEMOS é dirigido à recuperação de pagamentos que os municípios tinham em atraso a fornecedores...**embora tivesse o seu objetivo limitado à dívida comercial.**

E é aqui que “bate o ponto”... E O PS SABE QUE ESTÁ A MENTIR!

O conceito de pagamentos em atraso previsto na Lei nº 43/2012, teve por objeto a regularização do pagamento de **dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, (REPITO) dívidas vencidas há mais de 90 dias**...e apenas permitia que os municípios candidatassem faturas que tivessem sido apresentadas até 30 de novembro de 2011, REPITO faturas apresentadas até 30 de novembro de 2011

MAS, - Além disso, não era candidatável o valor global dessas faturas, mas **SÓ e apenas 90%** do seu valor.

MAS NÃO SÓ!

ACRESCE QUE

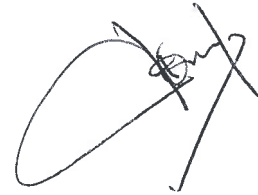
Os municípios tiveram também de deduzir ao valor global, 10% a que se reporta o artigo 65º da Lei de Orçamento de Estado para 2012 (LOE), **OU SEJA**, no caso concreto de Paredes, falamos de um total **de TRÊS MILHÕES E DUZENTOS MIL EUROS**, mais o valor correspondente aos subsídios de férias e Natal não pagos pelo município, nos termos do mesmo artigo 65º, ou seja, **um total de 660 MIL EUROS e apenas seriam candidatáveis 90% dos valores assim apurados.**

MAS...MAIS

Havia muitas obras em curso, grande parte delas com valores contratuais consideráveis, para além das novas faturas que surgiram e têm de ser pagas.

OU SEJA...E EM CONCLUSÃO

Por estas razões, está bem de ver que um volume significativo de faturação em dívida não poderia ser pago ao abrigo do PAEL.



02.15


De. 15

PORTANTO:

1 - NÃO HÁ falta de rigor no pedido de adesão ao PAEL.
FOI...O QUE FOI POSSIVEL!

2 – Dizer que deste empréstimo, não resulta qualquer aumento de dívida para o município e para os contribuintes

3 – Estamos a falar, ISSO SIM, de uma medida de boa gestão porque permite pagar **todas as faturas**, nomeadamente, aos pequenos fornecedores que são na sua grande maioria de Paredes...

4 – Para que conste, referir que para obtenção do empréstimo tivemos crédito e o concurso de 4 bancos, ou seja um sinal muito positivo!

MAS... relativamente a este assunto, eu já ouvi as maiores barbaridades!

Já ouvi pessoas da oposição CLAMAR por uma adesão voluntária ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) - mecanismo de ajuda à recuperação financeira dos municípios

QUEM DIZ ISTO...MEUS AMIGOS...ou é ignorante e não conhece o princípio da autonomia municipal... OU, no mínimo, é alguém irresponsável!

Nos municípios ENDIVIDADOS (onde PAREDES não aparece) quase metade (10) por acaso são governados por autarcas socialistas



Des. 15



DECLARAÇÃO de VOTO

Doc. 16

RELATÓRIO 1º Semestre 2014 do Auditor Externo

Neste documento se comprova que, tal como tínhamos previsto, a execução orçamental do ano de 2014 ficará longe da previsão.

Por exemplo, a análise deste primeiro semestre demonstra como nunca houve intenção de realizar a receita de "Vendas de bens de investimento" no valor de 36.108.696 Euros .

No primeiro semestre apenas se executou 0,01 % porque nunca houve intenção de a executar na totalidade.

Se fosse realizada esta receita de 36 milhões já não seria necessário que o Município contraísse o empréstimo de 20 milhões a pagar em 14 anos, muito para além do mandato deste executivo.

JAC Baptista Pereira

AMP 17-10-2014

